

**João Paulo Fernandes Remédio Marques** é Licenciado (1988) Mestre (1993) e Doutor (2006) em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e docente nesta Faculdade desde 1989. Professor na Universidade Portucalense. Foi Árbitro em cerca de 67 arbitragens (Propriedade Industrial e Direito dos Contratos). É consultor jurídico.

É, atualmente, autor de 177 publicações (livros, capítulos de livros, artigos em revistas jurídicas nacionais e estrangeiras) nos domínios do Processo Civil, Propriedade Intelectual, Direito da Família e das Sucessões e Direito das Obrigações. Designadamente (em matéria de Propriedade Industrial, Direito de Autor, Direito Comercial e Processo Civil), podem destacar-se as seguintes:

*Direito Europeu de Patentes e Marcas*, Coimbra, Almedina, 2021. *Código da Propriedade Industrial Anotado*, em coautoria, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021. «São os direitos de propriedade industrial úteis para a nossa saúde? A articulação entre o direito de patente e a regulação farmacêutica perante as epidemias e as pandemias», in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2020), pp. 121-158. «O Art. 3.º, Alínea a), do Regulamento (CE) n.º 469/2009: Teste da Divulgação / Teste da Infração / Teste do Âmbito de Proteção / Contributo Inventivo – *Quo Vadis* TJUE?», in: *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1, 2019, pp. 67-103. «Um Novo Ilícito no Direito de Patentes português: a infração indireta – características deste ilícito no CPI de 2018», in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2019), pp. 107-132. *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria, org. por J. M. COUTINHO DE ABREU), 7 Vols. Coimbra, Almedina, 2010-2021. «Patentes de Programas de computador e sistemas informáticos de jogos electrónicos - métodos de exercício de actividades económicas», in *Estudos de Direito Intelectual em Homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão*. Coimbra: Almedina, 2015, pp. 807-842. «Reivindicações: Algumas Reflexões sobre a sua Interpretação e a Fundamentação dos Critérios de Decisão em Litígios de Patentes», in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, volumen 33 (2012-2013), Santiago de Compostela, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo: Marcial Pons, pp. 207-232. *Medicamentos versus Patentes – Estudos de Propriedade Industrial*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008. *Licenças (Voluntárias e Obrigatórias) de Direitos de Propriedade Industrial*, Coimbra, Almedina, 2008. *Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual*, vol. I, *Direito de Autor, Direito de Patente, Desenhos ou Modelos*, Coimbra, Almedina, 2007; *Biotecnologia(s) e Propriedade intelectual*, vol. II, *Obtenções Vegetais, Conhecimentos Tradicionais, Sinais Distintivos, Bioinformática e Bases de Dados, Direito da Concorrência*, Coimbra, Almedina, 2007. «Propriedade Intelectual e Interesse Público», in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 79, 2003, pp. 293-354.

*Patentes de Genes Humanos?*, Centro de Direito Biomédico, 4, Coimbra, Coimbra Editora, 2001. *Curso de Processo Executivo Comum À Face do Código Revisto*, Coimbra, Almedina, 2000. «Transexualidade: O Reconhecimento Judicial da Mudança de Sexo e o Direito Português – Alguns Problemas», in *Tribuna da Justiça* (Portugal), n.ºs 36 (1987), 37 (1987), 38 (1987), 39 (1988), 40 (1988).

É Professor Visitante e profere conferências em Universidades no Brasil, Espanha, Itália, Angola, Moçambique e Macau. É membro do Conselho Editorial de várias revistas jurídicas nacionais e estrangeiras e efetua *peer-review* para várias revistas científicas. Membro das *Comissões de Reforma do Processo Civil*, constituídas, respetivamente, pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais (2009-2011), que conduziram à aprovação do Código de Processo Civil de 2013. Membro do *Grupo de Revisão do Código da Propriedade Industrial*, na Secretaria de Estado da Justiça, em representação da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, (APDI), desde setembro de 2018. Membro do *Conselho Consultivo do Tribunal Unificado de Patentes*, desde 4 de Outubro de 2016, por indicação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e por nomeação da Senhora Ministra da Justiça, na sequência da adesão da República Portuguesa ao *Acordo Relativo ao Tribunal Unificado de Patentes*.